

Senador Wilder escolhido relator da principal medida do governo de Temer



CERRADO



Goiânia, QUINTA-FEIRA, 30 de junho de 2016

www.wildermorais.com.br

facebook.com/wildermorais

instagram.com/wildermorais

twitter.com/wildermorais

LAURICE NOLETO

Das cinzas do luto às cores e desenhos da alegria de viver



LAURICE NOLETO

A pintora dos sentimentos da alma



MATHEUS GEOVANE

A noite desta quarta-feira, 29, ficou mais colorida no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) na capital goiana, com a exposição da artista plástica Laurice Noleto de Souza. Diversas obras dos dois períodos da artista, estão expostas até o final do próximo mês, onde os traços marcantes, cores e formas definidas se destacam por todo o prédio.

Laurice Noleto conta que, no início de sua carreira, a maioria de seus quadros era acadêmicos, com formas bem definidas, que valorizavam em especial a natureza de sua terra natal, o Mato Grosso. Araras, tuiuiús e a

fauna do Pantanal tiveram destaque nas telas da artista até ela dar uma pausa, depois da morte de um ente querido. “Após um ano e meio sem pintar comecei a retratar o que sentia, com cores frias, transmitindo a minha dor”, relata.

Depois do período de luto, Laurice buscou ir além do que ele chama de “renascimento das cinzas, como a fênix”. Hoje, as telas de vários tamanhos exibem as mais diversas paletas de cores quentes, alegres, retratando não só as formas finas e exatas do estilo acadêmico, mas também os traços do impressionismo, cubismo. “Independentemente do estilo, elas retratam a minha felici-

dade de viver, pintar e mostrar minha arte”, ressalta Laurice.

Na vernissage da exposição “Contemplação da Alma”, diversos familiares, amigos e fãs do trabalho de Laurice relataram o belo trabalho desempenhado pelas mãos dela. Tatiane Fernandes, explica que o processo de dor sofrido pela artista, foi um divisor de águas. “Acredito que todo esse processo foi um marco na vida e na carreira dela, um divisor de águas. Ela soube redescobrir a vida, a alegria. É isso que a arte faz nas pessoas, só ela é capaz de desenhar a alegria na vida, nos quadros, é isso que é o artista. O artista é o narrador do inenarrável, o escultor do inimaginável”, diz.

Quadros da artista plástica Laurice Noleto estão expostos no TRT até o final do próximo mês: cores quentes e alegres



FOTOS: WENDEL FRANCO

CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília

Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia

Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor

Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem

Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó

Capa

Coró-coro
e dorme-dorme

PRESTÍGIO

Senador Wilder será relator da principal medida do governo Temer



Wilder diz que sua relatoria focará na segurança jurídica, já que a função da norma é tranquilizar investidores e criar um ambiente de confiança

WELINTON CARLOS

O senador Wilder Morais foi indicado nesta terça-feira, 28, como o relator da Medida Provisória 727/2016 que trata do programa de parcerias em investimentos.

Diante da crise econômica, o Governo Federal apostou em uma saída urgente: fortalecer a interação entre Estado e iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura.

O senador goiano afirma que a proposta visa ampliar o emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial do País. Para Wilder, um dos aspectos mais importantes da norma é que ela pode garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública. Outro ponto levantado pelo senador é que a MP exige o fornecimento de tarifas e preços adequados.

De acordo com Wilder Morais, a norma trata ainda de outras medidas para acelerar a desestatização no país. Após a relatoria de Wilder é que a MP poderá passar por processo de conversão em lei.

Conforme o senador de Goiás, ele pretende realizar uma análise técnica da norma, a começar de sua constitucionalidade e conteúdo.

A medida é até agora uma das normas mais importantes da gestão de Michel Temer, pois visa fazer o país voltar a crescer. O presidente sabe que a crise começou a deteriorar de forma

aguda o emprego e a renda da população brasileira. A medida, portanto, visa reverter o cenário negativo em que o país se encontra, com aumento de inflação e falta de consumo.

"Não devemos nos esquecer que a MP foi editada logo no primeiro dia do Governo Temer. É uma reação ao forte déficit nas contas públicas legado pela gestão anterior. Tem um conteúdo simbólico muito importante", diz o parlamentar goiano.

A MP 727/2016 é diferente da Lei 13.019/2014, que trata também de parcerias. A diferença é a amplitude: a lei busca alianças de caráter mais social, tendo as Organizações da Sociedade Civil e entidades sem fins lucrativos como as principais protagonistas.

Por sua vez, Wilder explica que as parcerias propostas pela MP 727/2016 são firmadas com entidades privadas do mercado. "Uma das características dessa MP é que ela define contrato de parceria", explica.

AMP diz que contrato de parceria é a concessão comum, patrocinada, administrativa, regida por legislação setorial, permissão de serviço público, arrendamento de bem público ou concessão de direito real. Outros negócios público-privados podem se encaixar na norma em debate no Senado. Qualquer parceria que em função de seu caráter estratégico e de sua complexidade, especificidade, volume de investimentos, longo prazo, riscos ou incertezas envolvidos adotem estrutura jurídica semelhante podem também fazer uso da medida.

Foco na segurança jurídica

Wilder diz que sua relatoria focará na segurança jurídica, já que a função da norma é tranquilizar investidores e criar um ambiente de confiança.

O senador pretende analisar as parcerias sob a ótica das normas que tratam da concessão de serviços públicos, como a Lei 8.987/1995 e as concessões constantes na Lei 11.079/2004.

Wilder diz que a norma trata dos empreendimentos públicos de infraestrutura executados por meio de contratos de parceria celebrados pela administração pública direta e indireta da União e que tem muitos pontos relacionados às medidas do Programa Nacional de Desestatização previsto na Lei nº 9.491, de 1997.

Wilder afirma que realizou uma leitura mais profunda da medida no início da semana e percebeu alguns princípios que norteiam a MP e que devem ser

aplicados em todos os negócios originários da medida: "A norma estimula a ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços. Ela também assegura estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos".

O senador diz que a MP fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Todavia, Wilder diz que apesar de várias credenciais positivas é preciso analisar a norma à luz da Constituição e do ordenamento jurídico. "Logo, temos que realizar ampla análise da lei, já que de nada adianta ter um aspecto positivo e ela estar eivada de alguma forma de vício. Por isso tenho o compromisso de realizar um estudo técnico, que reduza os questionamentos futuros".

ANIVERSÁRIO DE WILDER



Senador Wilder e o prefeito de Goiânia, Jalles Fontoura



Deputada estadual Eliane Pinheiro, Wilder, a procuradora Luciana Daher e o deputado federal e pré-candidato a prefeito de Goiânia, Giuseppe Vecci



Wilder e o prefeito de Senador Canedo, Misael Oliveira

SENADOR NA MÍDIA

Jornal do Senado 2 Brasília, quarta-feira, 29 de junho de 2016

Comissões que estudam 9 MPs escolhem presidentes

Entre as medidas provisórias em análise no Congresso Nacional, estão a que estabeleceu a nova estrutura ministerial e a que prorrogou a permanência de estrangeiros no Programa Mais Médicos

NOVE COMISSÕES MISTAS encarregadas de analisar medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo escolheram ontem presidentes, vice-presidentes e relatores e iniciaram os trabalhos.

A primeira delas é a que trata da MP 719/2016, que permitiu o uso de até 10% do saldo do FGTS como garantia em operações de crédito consignado. Foi aprovado por aclamação o deputado Lucas Vergílio (SD-GO) para presidir o colegiado.

A indicação dos nomes para a presidência das demais comissões teve que ser revista após um pedido de José Pimentel (PT-CE). O senador argumentou que o PT tem a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e a terceira no Senado, por isso não poderia ficar fora da mesa das comissões. Houve alterações, com a inclusão do partido.

A MP 720/2016 repassou R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios em decorrência da Lei Kandir. Para a presidência foi escolhida a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). O vice é o deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE).

Para a comissão da MP 723/2016, que prorrogou por três anos a permanência de estrangeiros no Mais Médicos, foi escolhido o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) como presidente e o senador Benedito de Lira (PP-AL) como vice. Quintão marcou audiência para debater o Mais Médicos na terça. No dia seguinte,



Benedito foi escolhido vice de uma comissão e Lúcia Vânia, presidente de outra

o senador Humberto Costa (PT-PE), designado relator, deverá apresentar o relatório.

Para a MP 724/2016, foram escolhidos o senador Wellington Fagundes (PR-MT) para a presidência e o deputado Celso Maldaner (PMDB-SC) como vice. A MP prorrogou até maio de 2017 o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

Fusão de ministérios

A MP 725/2016 autorizou a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio com cláusula de correção pela variação cambial. Para presidente da comissão, foi escolhido o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) é o vice.

A primeira medida provisória editada pelo presidente interino Michel Temer foi a MP 726/2016, que trata da reorganização do governo. A medida fundiu ministérios, como o da Ciência e Tecnologia com o das

Comunicações. Escolhido para a presidência, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) designou Quintão como relator e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) como relator-revisor.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão da MP 727/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimento. O senador Armando Monteiro (PTB-PE) é o vice. Para a relatoria, foi designado o senador Wilder Moraes (PP-GO).

A recriação do Ministério da Cultura está prevista na MP 728/2016. O senador Dário Berger (PMDB-SC) é o presidente e o vice é o deputado Marcos Rogério (DEM-RO).

A comissão da MP 729/2016, que ajustou o apoio financeiro suplementar à educação infantil adicionando as crianças que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), será presidida pelo deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) com vice-presidência da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

12 GOIÂNIA, DOMINGO, 26 DE JUNHO DE 2016 Diário da Manhã

CRISE ECONÔMICA Wilder Moraes pede apoio à produção de borracha



Senador Wilder Moraes, ministro Blairo Maggi: defesa de Goiás

DA REDAÇÃO

O senador Wilder Moraes se reuniu com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em Brasília, para pedir apoio à produção nacional da borracha. Atendendo solicitação do senador, o ministro recebeu representantes da Associação Brasileira de Produtores e Beneficiadores de Borracha Natural (Abrabor), que apresentaram as enormes dificuldades enfrentadas hoje

dobro da produtividade mundial por hectare, com destaque para os seringais localizados em municípios do Vale do São Patrício, a exemplo de Goiânia, por isso precisa ser melhor valorizada.

Segundo os representantes da Abrabor, os seringais no Brasil têm sofrido com a importação da borracha asiática, o que vem prejudicando a produção nacional. O ministro se comprometeu a debater o tema na